

HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS

Termo de Referência 303/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
303/2025	112408-HOSPITAL DAS FORCAS ARMADAS	RENATO ROSA MORAIS	06/03/2026 10:14 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		60550.003911/2025-51

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material permanente - Instrumental Cirúrgico para Cirurgia de videolaparoscopia - para a Seção de cirurgia geral, torácica, ginecologia, urologia, cirurgia vascular e proctologia visando atender às necessidades do Hospital das Forças Armadas – HFA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	ITEM	Especificações	Código CatMat	Unidade de Medida	Qtde Solicitada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total do Item
	01	Agulha Uso Médico. Material: Aço Inoxidável , Tipo Ponta Agulha: Tipo Veress , Dimensões: Cerca De 120 MM, Tipo Uso: Esterilizável.	439950	Und	10	555,48	5.554,80
	02	Trocarte. Apresentação: Conjunto , Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Manual E Automático , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: Obturador Ponta Distal Piramidal Cortante , Dimensões: Cerca 5 X 100 MM, Tipo Uso: Reutilizável	446422	Und	20	1.525,00	30.500,00
	03	Trocarte. Apresentação: Conjunto , Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Manual E Automático , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: Obturador Ponta Distal Piramidal Cortante , Dimensões: Cerca 11 X 100 MM, Tipo Uso: Reutilizável	446423	Und	20	1.645,52	32.910,40
	04	Trocarte Apresentação: Conjunto , Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Manual E Automático , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: Obturador Ponta Distal Piramidal Cortante , Dimensões: 12 X 150 MM, Tipo Uso: Reutilizável	457452	Und	20	1.631,60	32.632,00
	05	Trocarte Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Em Silicone , Componente 2: S/ Obturador , Dimensões: Cerca 11 X 100 MM, Tipo Uso: Reutilizável	446440	Und	20	1.508,35	30.167,00
	06	Redutor Uso Médico. Aplicação*: P/ Vedação Trocarte , Material*: Aço Inoxidável E Polímero Isento Látex Natural , Dimensões: Cerca De 11 Para 5 MM, Esterilidade*: Reutilizável	446483	Und	15	256,20	3.843,00

07	Tesoura p/ Videocirurgia. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo*: Bipolar , Modelo: Metzenbaum , Ponta: Ponta Curva , Material*: Aço Inoxidável , Diâmetro: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Adicional: Rotatória , Esterilidade: Esterilizável	463113	Und	20	1.499,00	29.980,00
08	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Traumática , Modelo 2: 2 X 3 Dentes , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 10 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Mola , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465125	Und	10	1.802,07	18.020,70
09	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Traumática , Modelo 2: 2 X 4 Dentes , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465126	Und	10	2.200,00	22.000,00
10	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Traumática , Modelo 2: Jacaré , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465131	Und	10	1.689,88	16.898,80
11	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Fenestrada , Formato Ponta: Curva , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465109	Und	10	1.861,54	18.615,40
12	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Dissecção , Modelo 1: Maryland , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Outros Componentes: C/ Conexão P/ Bisturi Monopolar , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465145	Und	10	1.958,00	19.580,00
13	Clipador. Aplicação*: P/ Videocirurgia , Tamanho*: P/ Clips De Polímero Tamanho Grande , Haste: Haste Giratória , Comprimento Haste: Comprimento Cerca De 35 CM, Diâmetro Haste: Diâmetro Cerca De 10 MM, Tipo Uso*: Reutilizável	444137	Und	4	1.836,50	7.346,00
14	Clipador. Aplicação*: P/ Videocirurgia , Tamanho*: P/ Clips De Polímero Tamanho Extra Largo , Haste: Haste Giratória , Comprimento Haste: Comprimento Cerca De 35 CM, Diâmetro Haste: Diâmetro Cerca De 10 MM, Tipo Uso*: Reutilizável	444138	Und	2	2.450,00	4.900,00
15	Cabo. Formato: Monopolar , Comprimento: Comprimento Mínimo 3,0 M, Compatibilidade 1: Compatível Com Bisturi Eletrônico	474377	Und	10	337,58	3.375,80
16	Cânula Instrumental. Aplicação: P/ Aspiração E Irrigação , Modelo: Videocirurgia , Diâmetro: Cerca De 5,0 MM, Haste: Reta , Comprimento Total: Cerca De 36 CM, Material: Aço Inoxidável , Esterilidade: Esterilizável	475376	Und	10	1.394,63	13.946,30
17	Cânula Instrumental. Aplicação: P/ Aspiração, Modelo: Videocirurgia , Diâmetro: Cerca De 5,0 MM, Haste: Reta , Comprimento Total: Cerca De 46 CM, Material: Aço Inoxidável , Esterilidade: Esterilizável	480993	Und	10	1.300,00	13.000,00
18	Porta-Agulha Instrumental. Modelo: Mayo Hegar, Tipo Ponta: Ponta Reta , Característica Ponta: C/ Vídea , Haste: Haste Reta , Adicional 1: Com Trava , Comprimento Total: Cerca De 34 CM, Material: Aço Inoxidável , Esterilidade: Esterilizável	471161	Und	10	4.230,00	42.300,00
19	Porta-Agulha p/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Formato Ponta: Ponta Curva , Adicional 1: C/ Vídea , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	471290	Und	10	2.231,13	22.311,30
20	Peça / Acessório - Instrumental Cirúrgico. Tipo 2: Válvula Tipo Trompete , Modelo: Aspiração E Irrigação , Material 1: Aço Inoxidável , Aplicação 2: P/ Cânula Instrumental, Videocirurgia , Esterilidade: Esterilizável	607832	Und	10	1.025,38	10.253,80
	Eletrodo Bisturi Elétrico. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo Uso: Monopolar , Tipo: Hook Tipo Gancho , Material Ponteira:					

Gp 1 instrumental	21	Aço Inoxidável , Dimensão Ponta: Diâmetro Cerca De 5 MM, Haste: Haste Reta , Comprimento Haste: Cerca De 35 CM, Esterilidade: Esterilizável	462927	Und	15	648,38	9.725,70
	22	Adaptador Uso Médico. Aplicação: P/ Mangueira , Tipo 1: Uso C/ Gás Medicinal , Material: Aço Inoxidável , Componente 1: Conector Luer Lock , Dimensão: Diâmetro Cerca De 1/8 Pol , Tipo Uso: Esterilizável	479636	Und	15	188,18	2.822,70
	23	Caixa p/ Esterilização. Material: Aço Inoxidável , Característica: C/ Tampa, Furos E Trava , Dimensões 2: Cerca De 40 X 30 X 10 C	480567	Und	15	1.742,58	26.138,70
	24	Tesoura p/ Videocirurgia. Aplicação: P/ Videocirurgia, Tipo*: Bipolar , Modelo: Metzenbaum, Ponta: Ponta Curva , Material*: Aço Inoxidável , Diâmetro: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Adicional: Rotatória, Esterilidade: Esterilizável. Compatível com geradores eletrocirúrgicos utilizados em procedimentos de videocirurgia, atendendo aos requisitos mínimos de funcionamento e segurança para uso bipolar, conforme especificações do fabricante e normas aplicáveis.	463113	Und	10	1.499,00	14.990,00
	25	Pinça P/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Fenestrada Tipo Endoclinch , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465118	Und	06	1.765,18	10.591,08
	26	Pinça P/ Videocirurgia. Aplicação: Dissecção , Modelo 1: Maryland , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 30 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Outros Componentes: C/ Conexão P/ Bisturi Bipolar , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	471347	Und	05	2.167,32	10.836,60
	27	Porta-Agulha P/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Formato Ponta: Ponta Curva , Adicional 1: C/ Vídea , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 40 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	471291	Und	01	2.160,00	2.160,00
	28	Pinça P/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Fenestrada , Formato Ponta: Reta , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Outros Componentes: C/ Conexão P/ Bisturi Bipolar , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465108	Und	04	1.808,51	7.234,04
	29	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Fenestrada , Formato Ponta: Curva , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465109	Und	10	1.817,04	18.170,40
	30	Eletrodo Bisturi Elétrico. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo Uso: Monopolar , Tipo: Hook Tipo Gancho , Material Ponteira: Aço Inoxidável , Dimensão Ponta: Diâmetro Cerca De 5 MM, Haste: Haste Reta , Comprimento Haste: Cerca De 35 CM, Esterilidade: Esterilizável	462927	Und	01	790,24	790,24
	31	Cabo. Formato: Monopolar , Comprimento: Comprimento Mínimo 3,0 M, Compatibilidade 1: Compatível Com Bisturi Eletrônico	474377	Und	10	354,47	3.544,70
	32	Agulha Uso Médico. Material: Aço Inoxidável , Tipo Ponta Agulha: Tipo Veress , Dimensões: Cerca De 120 MM, Tipo Uso: Esterilizável	439950	Und	05	493,23	2.466,15
	33	Peça / Acessório - Instrumental Cirúrgico Tipo 2: Válvula Tipo Trompeta , Modelo: Aspiração E Irrigação , Material 1: Aço Inoxidável , Aplicação 2: P/ Cânula Instrumental, Videocirurgia , Esterilidade: Esterilizável	607832	Und	01	1.671,00	1.671,00

34	Trocarte Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Em Silicone , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: S/ Obturador , Dimensões: 10 X 150 MM, Tipo Uso: Reutilizável	469313	Und	10	1.350,00	13.500,00
35	Trocarte. Apresentação: Conjunto , Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Manual E Automático , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: Obturador Ponta Distal Piramidal Cortante , Dimensões: Cerca 5 X 150 MM, Tipo Uso: Reutilizável	457453	Und	10	1.850,00	18.500,00
36	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Debaquey , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465115	Und	05	1.512,12	7.560,60
37	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 2: Oval Fenestrada , Formato Ponta: Curva , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	613711	Und	05	1.450,00	7.250,00
38	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Debaquey , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	465115	Und	05	1.539,15	7.695,75
39	Pinça P/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Traumática , Modelo 2: Oval Fenestrada, C/ Dente , Formato Ponta: Curva , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	613710	Und	05	3.760,00	18.800,00
40	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Dissecção , Modelo 1: Fenestrada , Formato Ponta: Reta , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	607836	Und	05	1.971,37	9.856,85
41	Instrumental Cirúrgico Modelo: Empurrador de Nó. Dimensões: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Aplicação: P/ Videocirurgia , Material: Aço Inoxidável , Esterilidade: Esterilizável	607400	Und	05	559,50	2.797,50
42	Porta-Agulha p/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Formato Ponta: Ponta Reta , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	471279	Und	01	2.475,00	2.475,00
43	Porta-Agulha p/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Modelo: Contra Porta-Agulha , Formato Ponta: Ponta Curva , Adicional 1: C/ Vídea , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 3 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	471275	Und	01	2.499,76	2.499,76
44	Tesoura p/ Videocirurgia. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo*: Monopolar , Modelo: Metzenbaum , Ponta: Ponta Curva , Material*: Aço Inoxidável , Diâmetro: Cerca De 5 Mm X 20 Cm , Adicional: Rotatória , Esterilidade: Esterilizável	463110	Und	01	32,22	32,22
45	Porta-Agulha p/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Formato Ponta: Ponta Reta , Adicional 1: C/ Vídea , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	471282	Und	01	2.199,83	2.199,83
46	Cabo. Formato: Monopolar , Comprimento: Comprimento Mínimo 3,0 M, Compatibilidade 1: Compatível Com Bisturi Eletrônico	474377	Und	05	370,45	1.852,25
47	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Satinsky , Formato Ponta: Biangulada , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 10 Mm X 35 Cm , Componente:	601040	Und	05	2.410,00	12.050,00

		Manopla C/ Cremalheira , Outros Componentes: C/ Conexão P/ Bisturi Monopolar , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável					
	48	Tesoura P/ Videocirurgia Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo*: Monopolar , Modelo: Metzenbaum , Ponta: Ponta Reta , Material*: Aço Inoxidável , Diâmetro: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Adicional: Rotatória , Esterilidade: Esterilizável	463102	Und	01	1.780,00	1.780,00
VALOR TOTAL							598.126,37

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas.

Órgão Gerenciador:					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIF.	UNIDADE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	Quantidade total
01	Agulha Uso Médico. Material: Aço Inoxidável , Tipo Ponta Agulha: Tipo Veress , Dimensões: Cerca De 120 MM, Tipo Uso: Esterilizável.	Und	2	5	10
02	Trocarte. Apresentação: Conjunto , Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Manual E Automático , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: Obturador Ponta Distal Piramidal Cortante , Dimensões: Cerca 5 X 100 MM, Tipo Uso: Reutilizável	Und	4	10	20
03	Trocarte. Apresentação: Conjunto , Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Manual E Automático , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: Obturador Ponta Distal Piramidal Cortante , Dimensões: Cerca 11 X 100 MM, Tipo Uso: Reutilizável	Und	4	10	20
04	Trocarte Apresentação: Conjunto , Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Manual E Automático , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: Obturador Ponta Distal Piramidal Cortante , Dimensões: 12 X 150 MM, Tipo Uso: Reutilizável	Und	4	10	20
05	Trocarte Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Em Silicone , Componente 2: S/ Obturador , Dimensões: Cerca 11 X 100 MM, Tipo Uso: Reutilizável	Und	4	10	20
06	Redutor Uso Médico. Aplicação*: P/ Vedação Trocarte , Material*: Aço Inoxidável E Polímero Isento Látex Natural , Dimensões: Cerca De 11 Para 5 MM, Esterilidade*: Reutilizável	Und	3	8	15
07	Tesoura p/ Videocirurgia. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo*: Bipolar , Modelo: Metzenbaum , Ponta: Ponta Curva , Material*: Aço Inoxidável , Diâmetro: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Adicional: Rotatória , Esterilidade: Esterilizável	Und	4	10	20
08	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Traumática , Modelo 2: 2 X 3 Dentes , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 10 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Mola , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
09	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Traumática , Modelo 2: 2 X 4 Dentes , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
10	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Traumática , Modelo 2: Jacaré , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca	Und	2	5	10

	De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável				
11	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Fenestrada , Formato Ponta: Curva , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
12	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Dissecção , Modelo 1: Maryland , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Outros Componentes: C/ Conexão P/ Bisturi Monopolar , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
13	Clipador. Aplicação*: P/ Videocirurgia , Tamanho*: P/ Clipes De Polímero Tamanho Grande , Haste: Haste Giratória , Comprimento Haste: Comprimento Cerca De 35 CM, Diâmetro Haste: Diâmetro Cerca De 10 MM, Tipo Uso*: Reutilizável	Und	2	2	4
14	Clipador. Aplicação*: P/ Videocirurgia , Tamanho*: P/ Clipes De Polímero Tamanho Extra Largo , Haste: Haste Giratória , Comprimento Haste: Comprimento Cerca De 35 CM, Diâmetro Haste: Diâmetro Cerca De 10 MM, Tipo Uso*: Reutilizável	Und	2	2	2
15	Cabo. Formato: Monopolar , Comprimento: Comprimento Mínimo 3,0 M, Compatibilidade 1: Compatível Com Bisturi Eletrônico	Und	2	5	10
16	Cânula Instrumental. Aplicação: P/ Aspiração E Irrigação , Modelo: Videocirurgia , Diâmetro: Cerca De 5,0 MM, Haste: Reta , Comprimento Total: Cerca De 36 CM, Material: Aço Inoxidável , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
17	Cânula Instrumental. Aplicação: P/ Aspiração, Modelo: Videocirurgia , Diâmetro: Cerca De 5,0 MM, Haste: Reta , Comprimento Total: Cerca De 46 CM, Material: Aço Inoxidável , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
18	Porta-Agulha Instrumental. Modelo: Mayo Hegar, Tipo Ponta: Ponta Reta , Característica Ponta: C/ Vídea , Haste: Haste Reta , Adicional 1: Com Trava , Comprimento Total: Cerca De 34 CM, Material: Aço Inoxidável , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
19	Porta-Agulha p/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Formato Ponta: Ponta Curva , Adicional 1: C/ Vídea , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
20	Peça / Acessório - Instrumental Cirúrgico. Tipo 2: Válvula Tipo Trompete , Modelo: Aspiração E Irrigação , Material 1: Aço Inoxidável , Aplicação 2: P/ Cânula Instrumental, Videocirurgia , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
21	Eletrodo Bisturi Elétrico. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo Uso: Monopolar , Tipo: Hook Tipo Gancho , Material Ponteira: Aço Inoxidável , Dimensão Ponta: Diâmetro Cerca De 5 MM, Haste: Haste Reta , Comprimento Haste: Cerca De 35 CM, Esterilidade: Esterilizável	Und	3	8	15
22	Adaptador Uso Médico. Aplicação: P/ Mangueira , Tipo 1: Uso C/ Gás Medicinal , Material: Aço Inoxidável , Componente 1: Conector Luer Lock , Dimensão: Diâmetro Cerca De 1/8 Pol , Tipo Uso: Esterilizável	Und	3	8	15
23	Caixa p/ Esterilização. Material: Aço Inoxidável , Característica: C/ Tampa, Furos E Trava , Dimensões 2: Cerca De 40 X 30 X 10 C	Und	3	8	15

24	Tesoura p/ Videocirurgia. Aplicação: P/ Videocirurgia, Tipo*: Bipolar , Modelo: Metzenbaum, Ponta: Ponta Curva , Material*: Aço Inoxidável , Diâmetro: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Adicional: Rotatória, Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
25	Pinça P/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Fenestrada Tipo Endoclinch , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	6
26	Pinça P/ Videocirurgia. Aplicação: Dissecção , Modelo 1: Maryland , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 30 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Outros Componentes: C/ Conexão P/ Bisturi Bipolar , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
27	Porta-Agulha P/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Formato Ponta: Ponta Curva , Adicional 1: C/ Vídea , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 40 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	Und	1	1	1
28	Pinça P/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Fenestrada , Formato Ponta: Reta , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Outros Componentes: C/ Conexão P/ Bisturi Bipolar , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	2	4
29	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Fenestrada , Formato Ponta: Curva , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	5	10
30	Eletrodo Bisturi Elétrico. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo Uso: Monopolar , Tipo: Hook Tipo Gancho , Material Ponteira: Aço Inoxidável , Dimensão Ponta: Diâmetro Cerca De 5 MM, Haste: Haste Reta , Comprimento Haste: Cerca De 35 CM, Esterilidade: Esterilizável	Und	1	1	1
31	Cabo. Formato: Monopolar , Comprimento: Comprimento Mínimo 3,0 M, Compatibilidade 1: Compatível Com Bisturi Eletrônico	Und	2	5	10
32	Agulha Uso Médico. Material: Aço Inoxidável , Tipo Ponta Agulha: Tipo Veress , Dimensões: Cerca De 120 MM, Tipo Uso: Esterilizável	Und	2	3	5
33	Peça / Acessório - Instrumental Cirúrgico Tipo 2: Válvula Tipo Trompeta , Modelo: Aspiração E Irrigação , Material 1: Aço Inoxidável , Aplicação 2: P/ Cânula Instrumental, Videocirurgia , Esterilidade: Esterilizável	Und	1	1	1
34	Trocarte Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Em Silicone , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: S/ Obturador , Dimensões: 10 X 150 MM, Tipo Uso: Reutilizável	Und	2	5	10
35	Trocarte. Apresentação: Conjunto , Material*: Aço Inoxidável , Tipo Cânula: Cânula C/ Superfície Lisa , Válvula: Vedante Manual E Automático , Componente 1: Torneira P/ Insuflação , Componente 2: Obturador Ponta Distal Piramidal Cortante , Dimensões: Cerca 5 X 150 MM, Tipo Uso: Reutilizável	Und	2	5	10
36	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Debakey , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 2: Oval Fenestrada , Formato Ponta: Curva , Haste:				

37	Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
38	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Debakey , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
39	Pinça P/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Traumática , Modelo 2: Oval Fenestrada, C/ Dente , Formato Ponta: Curva , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
40	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Dissecção , Modelo 1: Fenestrada , Formato Ponta: Reta , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla S/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
41	Instrumental Cirúrgico Modelo: Empurrador de Nó. Dimensões: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Aplicação: P/ Videocirurgia , Material: Aço Inoxidável , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
42	Porta-Agulha p/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Formato Ponta: Ponta Reta , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	Und	1	1	1
43	Porta-Agulha p/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Modelo: Contra Porta-Agulha , Formato Ponta: Ponta Curva , Adicional 1: C/ Vídea , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 3 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	Und	1	1	1
44	Tesoura p/ Videocirurgia. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo*: Monopolar , Modelo: Metzenbaum , Ponta: Ponta Curva , Material*: Aço Inoxidável , Diâmetro: Cerca De 5 Mm X 20 Cm , Adicional: Rotatória , Esterilidade: Esterilizável	Und	1	1	1
45	Porta-Agulha p/ Videocirurgia. Material: Aço Inoxidável , Formato Ponta: Ponta Reta , Adicional 1: C/ Vídea , Haste: Haste S/ Isolamento , Dimensão: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla Em Metal C/ Cremalheira , Esterilidade: Esterilizável	Und	1	1	1
46	Cabo. Formato: Monopolar , Comprimento: Comprimento Mínimo 3,0 M, Compatibilidade 1: Compatível Com Bisturi Eletrônico	Und	2	3	5
47	Pinça p/ Videocirurgia. Aplicação: Apreensão Atraumática , Modelo 1: Satinsky , Formato Ponta: Biangulada , Haste: Haste Isolada , Dimensão: Cerca De 10 Mm X 35 Cm , Componente: Manopla C/ Cremalheira , Outros Componentes: C/ Conexão P/ Bisturi Monopolar , Características Adicionais: Giratória , Esterilidade: Esterilizável	Und	2	3	5
48	Tesoura P/ Videocirurgia. Aplicação: P/ Videocirurgia , Tipo*: Monopolar , Modelo: Metzenbaum , Ponta: Ponta Reta , Material*: Aço Inoxidável , Diâmetro: Cerca De 5 Mm X 35 Cm , Adicional: Rotatória , Esterilidade: Esterilizável	Und	1	1	1

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Os Instrumentais Cirúrgicos cotados deverão estar obrigatoriamente regularizados no Ministério da Saúde/ANVISA, mesmo que importados, observadas as normas sanitárias vigentes.

1.4. Quando aplicável, caso o registro do produto esteja vencido e a empresa tenha protocolado sua revalidação sem que tenha sido publicada no Diário Oficial da União, a licitante deverá apresentar o registro anterior vencido ou a publicação do registro antigo na Imprensa Oficial, acompanhada, em ambos os casos, do protocolo de revalidação, sendo necessário que este tenha sido protocolado no

máximo até o primeiro semestre do último ano quinquênio de validade do registro, conforme disposto no art. 12, § 6º da Lei nº 6.360/76, regulamentada pelo Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013.

1.5. O instrumento hábil que substitui o contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Considerando a natureza do objeto e a diversidade de procedimentos cirúrgicos realizados no Hospital das Forças Armadas, poderão constar neste Termo de Referência itens com características técnicas semelhantes ou pertencentes à mesma família de instrumentais cirúrgicos. A eventual semelhança entre itens não caracteriza duplicidade indevida, mas decorre das necessidades específicas das clínicas solicitantes e das variações dimensionais ou funcionais dos instrumentais, visando à adequada gestão de estoque e ao atendimento das demandas assistenciais.

1.7. As especificações técnicas constantes neste Termo de Referência foram definidas com base em características funcionais e parâmetros usuais de mercado, não havendo direcionamento para marca ou fabricante específico, sendo admitidos produtos de qualquer fabricante que atendam integralmente às especificações estabelecidas e garantam desempenho técnico equivalente ou superior.

Observação:

Os instrumentais destinados a procedimentos de videocirurgia que possuam conexão com geradores eletrocirúrgicos deverão ser compatíveis com os equipamentos existentes no Hospital das Forças Armadas, ou com equipamentos de características técnicas equivalentes, devendo atender aos requisitos mínimos de funcionamento, desempenho e segurança indicados pelo fabricante e pelas normas aplicáveis.

Os instrumentais destinados a procedimentos de videocirurgia deverão possuir haste isolada, quando aplicáveis à utilização com energia eletrocirúrgica, garantindo segurança operatória e compatibilidade com sistemas de eletrocirurgia utilizados em procedimentos laparoscópicos.

As dimensões indicadas nas especificações técnicas que utilizem expressões como “cerca de”, “aproximadamente” ou equivalentes deverão ser interpretadas como medidas referenciais de mercado, admitindo-se variação dimensional compatível com os padrões usuais de fabricação dos instrumentais cirúrgicos, desde que não comprometa a funcionalidade, a compatibilidade técnica e a finalidade do instrumento no procedimento cirúrgico.

A eventual referência a padrões tecnológicos, características de compatibilidade ou especificações técnicas constantes neste Termo de Referência tem caráter exclusivamente técnico e indicativo, visando assegurar a adequada integração com os equipamentos e infraestrutura atualmente existentes no Hospital das Forças Armadas, sendo admitidas soluções equivalentes que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas e aos requisitos de desempenho estabelecidos neste instrumento, vedada qualquer restrição indevida à competitividade do certame.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000001/2026

II - Data de publicação no PNCP: 01/04/2025

III - ID do Item no PCA: 147

IV - Classe/Grupo: 6515 INSTRUMENTOS EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS

V - Identificador da Futura Contratação: 112408-60/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação observam o disposto no art. 18, inciso XII, da Lei nº 14.133, de 2021, no art. 3º do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, e nos arts. 4º e 5º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, bem como as orientações constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU.

4.2. Considerando a natureza dos materiais a serem adquiridos, consistentes em instrumentais e acessórios utilizados em procedimentos cirúrgicos, verifica-se que a contratação não apresenta impactos ambientais relevantes, devendo, contudo, ser observados os seguintes requisitos ambientais:

4.2.1. Os produtos ofertados deverão possuir registro ou notificação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, conforme disposto na Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e no Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, ou comprovação de dispensa de registro, quando aplicável.

4.2.2. No caso de fornecimento de produtos importados, deverá ser observado o disposto na RDC nº 81, de 5 de novembro de 2008, da ANVISA.

4.2.3. Os bens deverão ser acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível e que utilize materiais recicláveis, garantindo a proteção do produto durante o transporte e armazenamento, nos termos do inciso III do art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2.4. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, deverão ser observadas as disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS do órgão, bem como as diretrizes da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, e da RDC nº 222, de 28 de março de 2018 – ANVISA.

4.2.5. Não se verifica a possibilidade de aquisição de bens provenientes de processo de desfazimento de outros órgãos públicos, nos termos do Decreto nº 9.373, de 2018, considerando a especificidade técnica dos materiais e as exigências sanitárias aplicáveis.

4.2.6. Os materiais objeto da contratação não se enquadram no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme disposto na Instrução Normativa IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021.

4.3. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação:

a) o documento comprobatório da notificação/registo do produto na ANVISA, conforme legislação vigente, notadamente a Lei nº 6.360, de 1976 e o Decreto nº 8.077, de 2013. Caso o produto seja dispensado do registro, a empresa deverá apresentar o Certificado de Dispensa de Registro.

b) a Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

4.4. O responsável pela avaliação das propostas, em sede de diligência, servirá de consulta à Anvisa ou utilizará qualquer outro meio oficial pertinente, como o DOU.

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida amostra.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4.2. Não se aplica a reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5. POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DO QUANTITATIVO REGISTRADO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)

4.5.1. Os materiais solicitados neste processo são de uso essencial e diário e visa atender transversalmente às necessidades de várias seções (clínicas cirúrgicas), para a realização de diversos procedimentos e intervenções, quais sejam: cirurgia geral, torácica, ginecologia e obstetrícia, urologia, cirurgia vascular e proctologia. Faz-se necessário a renovação da Ata de Registro de Preços, pelo período de 01 (um) ano, com a manutenção do quantitativo inicialmente registrado, é medida necessária para garantir o abastecimento contínuo e evitar a deflagração de novas licitações, o que poderia ocasionar desabastecimento e prejuízos à execução dos serviços assistenciais. A prorrogação e a renovação do quantitativo mostram-se vantajosas para a Administração Pública, uma vez que asseguram a aquisição dos itens por valores previamente estabelecidos e competitivos, conferindo economicidade, agilidade e regularidade no fornecimento dos materiais. Por fim, a vantajosidade da renovação será devidamente comprovada por meio de pesquisa de mercado, que demonstrará a manutenção da competitividade dos preços atualmente registrados na ARP.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no seguinte endereço:

5.1.1. 112408 - HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS: Setor HFA - Sudoeste - Brasília/DF - CEP: 70673-900, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, portão de acesso pela Via HCE Dois, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 11:30 e 13:00 às 15:30h, de segunda a sexta-feira.

5.1.2. Para o HFA: A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), em conformidade com as necessidades do órgão. Para os órgãos participantes a remessa será iniciada conforme orientações do órgão.

5.1.3. A “ORDEM DE FORNECIMENTO”, será emitida no Sistema SEI do HFA, com o QR de comprovação de autenticidade, assinado Pelo Chefe do SETOR ou seu Substituto.

5.1.4. O prazo estabelecido acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada do licitante, formulada antes do término do prazo original, e desde que formalmente autorizada pela Autoridade Competente.

5.1.5. Caberá à Seção de Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos materiais, incumbindo-lhe a declaração do aceite dos materiais conforme as especificações do edital.

5.2. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

5.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.2.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.2.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas 'e' a 'h' até 10 % (dez por cento) do valor da contratação

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea 'c' até 20 % (vinte por cento) do valor da contratação

7.2.4.4. Compensatória, para infração descrita acima na alínea 'b' a multa será de até 20 % (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados: a) a natureza e a gravidade da infração cometida; b) as peculiaridades do caso concreto; c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; d) os danos que dela provierem para o Contratante; e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, incluindo todas as despesas relativas à retirada do material rejeitado e à entrega do novo material em conformidade.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/02/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. Como se trata de contratação para registro de preços e foi adotado o critério de julgamento de menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Ato de Autorização de Funcionamento (AFE) para o exercício da atividade de comércio, distribuição, armazenamento, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (produtos para a saúde), expedido pela ANVISA para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA. Caso a licitante seja dispensada da AFE, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa; e

9.14. Licença Sanitária Estadual ou Municipal vigente, nos termos do artigo 21 da Lei n.º 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Caso a licitante seja dispensada da Licença, deverá apresentar documento de comprovação da dispensa.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 598.126,37 (quinhentos e noventa e oito mil, cento e vinte e seis reais e trinta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário deverá observar o prazo e as condições estabelecidas no edital de licitação após sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias .
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 4.1.1. Entregar o objeto observando as condições e os prazos de validade exigidos no Termo de Referência.
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de :
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021, quando aplicável ao produto, conforme regulamentação sanitária vigente.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.8. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.9.3. Indenizações e multas.

5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, a empresa _____, CNPJ N° _____, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* n° ____/20____, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

_____, _____ de _____ de 20____.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KAYSER GREGORIOS TELES DE MORAIS

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 13:20:37.

LEONARDO MARTINS MOTA DE MORAIS

integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 11:42:12.

GUILHERME COSTA TORRES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 06/03/2026 às 09:54:11.

LEONARDO NEVES TAVARES

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 06/03/2026 às 10:14:27.

ALESSANDRA PINTO CARVALHO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 06/03/2026 às 07:58:39.